



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Processo: **370 / 2022**

Data: 20/06/2022 14:04

Apenso(s)

CAI: 3701

Incorporado(s)

Beneficiário: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ

Endereço: 29192-733 AVENIDA MOROBA, 20 - MOROBÁ - Aracruz/ES

Complemento
do Endereço:

Telefone(s):

Assunto: PROJETO DE LEI
PROJETO DE LEI Nº 049/2022.

ALTERA AS LEIS MUNICIPAIS Nº 3.716/2013 E 4.441/2022.

Pg nº

001

9

CMMA



APROVADO TURNO ÚNICO

15/08/2022

Presidência CMA

PROJETO DE LEI N.º 049/2022.

ALTERA AS LEIS MUNICIPAIS N.º 3.716/2013 E
4.441/2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E
EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1.º Altera o Art. 3.º da Lei n.º 4.441, de 07 de março de 2022, que
passa a ter a seguinte redação:

*“Art. 3.º O Fundo Municipal de Investimento de Aracruz fica vinculado à
Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Município de Aracruz
e as aplicações de seus recursos devem ser identificadas mediante a criação
de Unidade Orçamentária específica.”*

Art. 2.º Altera o Art. 3.º da Lei n.º 3.716, de 03 de outubro de 2013, que
passa a ter a seguinte redação:

*“Art. 3º O Fundo de Desenvolvimento Municipal - FDM fica vinculado à
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão e as aplicações
de seus recursos devem ser identificadas mediante a criação de Unidade
Orçamentária específica.”*

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 15 de junho de 2022.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Aracruz/ES, 15 de junho de 2022.

MENSAGEM N.º 049/2022.

SENHOR PRESIDENTE, SENHORES VEREADORES:

Encaminhamos para apreciação de Vossas Excelências o anexo Projeto de Lei que altera o Artigo 3.º da Lei n.º 4.441, de 07 de março de 2022, e Artigo 3.º da Lei n.º 3.716, de 03 de outubro de 2013, vinculando o Fundo de Desenvolvimento Municipal e o Fundo Municipal de Investimento à estrutura da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.

A alteração das mencionadas leis se justifica, vez que as ações pertinentes a aplicação dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEADM, destinados ao apoio aos planos de trabalho municipais de investimentos nas áreas de infraestrutura urbana e rural, educação, esporte, turismo, cultura, proteção social, agricultura, saneamento básico, habitação de interesse social, meio ambiente, sustentabilidade e mobilidade, e, o órgão consultivo e fiscalizar, de ambas as leis, estão vinculados à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Certos de contarmos com o apoio de Vossa Excelência e demais pares do Poder Legislativo deste município na aprovação do projeto em questão, reiteramos nossos votos de elevada estima e respeitosa consideração.

Atenciosamente,



LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA
E REDAÇÃO**

APROVADO TURNO ÚNICO

JS 1/108/2022

Presidência CIMA

PROJETO DE LEI Nº 049/2022

EMENTA: ALTERA AS LEIS MUNICIPAIS N.º 3.716/2013 E 4.441/2022.

AUTOR: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

RELATOR: JEAN PEDRINI - Vereador

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo Municipal, tramitando nesta casa legislativa, distribuído à relatoria deste vereador, no âmbito da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, para que, dentro de suas atribuições, possa opinar sobre a constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 049/2022, de autoria do chefe do Poder Executivo, o qual ALTERA AS LEIS MUNICIPAIS N.º 3.716/2013 E 4.441/2022.

A alteração das mencionadas leis se justifica, vez que as ações pertinentes a aplicação dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEADM, destinados ao apoio aos planos de trabalho municipais de investimentos nas áreas de infraestrutura urbana e rural, educação, esporte, turismo, cultura, proteção social, agricultura, saneamento básico, habitação de interesse social, meio ambiente, sustentabilidade e mobilidade, e, o órgão consultivo e fiscalizar, de ambas as leis, estão vinculados à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Passo a Opinar.

II - COMPETÊNCIA DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Nos termos do artigo 30, I, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação a análise dos aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico e de técnica legislativa das proposições.

Ainda no teor do art. 32, à "Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, cabe, preliminarmente, examinar a admissibilidade de matéria, do ponto de vista da constitucionalidade e da conformidade à Lei Orgânica e ao Regimento Interno".

Desta forma cabe a esta comissão a análise do presente projeto de Lei.

III ANÁLISE DOS ASPECTOS CONSTITUCIONAL, LEGAL, REGIMENTAL, JURÍDICO E DE TÉCNICA LEGISLATIVA DO PROJETO DE LEI

Em relação a competência do executivo, esta está prevista no art. 30¹ da Carta da República, incisos I² e II³, a qual é exclusiva do ente Municipal, em se tratando de interesse local.

Portanto, considero que o presente projeto não apresenta vício de iniciativa e, nesse aspecto, pode prosperar.

IV - DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E DA LEGALIDADE

¹ Art. 30. COMPETE AOS MUNICÍPIOS:

² I - legislar sobre assuntos de interesse local;

³ II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Rua Professor Lobo, 550 – Centro – Aracruz – E/S – CEP 29.190-062 Tel.: (27) 3256-9466

Site: www.aracruz.es.leg.br e-mail gabinetejeanpedrini@aracruz.es.leg.br

Gabinete Vereador JEAN PEDRINI



Especificamente quanto a constitucionalidade material e formal, não vislumbro qualquer violação a princípios ou regras de ordem constitucional ou legal, nem ainda incompatibilidade com as normas infraconstitucionais que regulam a matéria, tendo em vista que a presente proposição somente dispõe sobre matéria orçamentaria.

Nesse sentido, o projeto está alinhado aos princípios constitucionais e no campo da constitucionalidade material, merecer prosperar.

V - DO PROCEDIMENTO DE DELIBERAÇÃO

O art. 59 da Carta da República estabelece que o processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções.

Doura feita, o art. 28 da Lei Orgânica do Município de Aracruz dispõe que o processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Lei Orgânica, Leis Ordinárias, Decretos Legislativos e Resoluções.

Da leitura dos dispositivos, é possível observar que a Lei Orgânica do Município de Aracruz não previu qualquer hipótese de lei complementar, pelo que se deve observar a disposição do artigo 47 da carta magna.

Lado outro, de bom alvitre ressaltar que apesar de o art. 146, III, da Constituição Federal dispor que cabe à lei complementar tratar das normas GERAIS de direito tributário, tal obrigação seria direcionada exclusivamente à União nos termos do art. 24, I, § 1º da CF/88), de modo que as normas estaduais e municipais sobre matéria tributária não estariam sujeitas ao mesmo regime das leis complementares.



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Dessa forma, entendo que por se tratar de projeto de lei ordinária deve ser observado o quórum de MAIORIA SIMPLES para aprovação, desde que presentes a maioria absoluta dos vereadores em plenário.

VI - DA TÉCNICA LEGISLATIVA

A Constituição Federal estabeleceu, no Parágrafo Único do seu artigo 59, a necessidade da edição de lei complementar sobre a elaboração, a alteração, a redação e a consolidação das leis, o que foi com a promulgação LC nº 95/98.

Tal norma atendeu tais preceitos e estabeleceu diretrizes para a organização do ordenamento jurídico.

Analisando o Projeto de Lei, observo que a proposição está em conformidade com a referida norma.

VII – CONCLUSÃO

Após exame da matéria e da análise do Projeto de Lei nº 049/2022, de autoria do chefe do Poder Executivo, o qual ALTERA AS LEIS MUNICIPAIS N.º 3.716/2013 E 4.441/2022, essa Lei visa adequar vez que as ações pertinentes a aplicação dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEADM, destinados ao apoio aos planos de trabalho municipais de investimentos que estão vinculados à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão e não a Secretaria de Finanças, e está Relatoria se manifesta pela CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE da proposição.

Aracruz/ES, 23 de junho de 2022.


JEAN CARLO GRATZ PEDRINI
RELATOR



**COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO E TOMADAS DE
CONTAS**

PROJETO DE LEI Nº 049/2022

APROVADO TURNO ÚNICO

15/08/2022

Presidência CMA

EMENTA: "ALTERA AS LEIS MUNICIPAIS N.º 3.716/2013 E 4.441/2022."

AUTOR: PODER EXECUTIVO

RELATORA: ADRIANA GUIMARÃES MACHADO - VEREADORA

I- RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, que altera o Art. 3.º da Lei n.º 4.441/22 e Art. 3.º da Lei n.º 3.716/13, vinculando o Fundo de Desenvolvimento Municipal e o Fundo Municipal de Investimento à estrutura da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Nesse sentido, a alteração das mencionadas Leis se justifica, vez que as ações pertinentes a aplicação dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEADM, destinados ao apoio aos planos de trabalho municipais de investimentos nas áreas de infraestrutura urbana e rural, educação, esporte, turismo, cultura, proteção social, agricultura, saneamento básico, habitação de interesse social, meio ambiente, sustentabilidade e mobilidade, e, o órgão consultivo e fiscalizar, de ambas as leis, estão vinculados à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.



Por fim, cumpre destacar que a Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação pugnou pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei em comento.

II – COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO E TOMADAS DE CONTAS

Neste diapasão, cabe à Comissão de Economia, Finanças, Fiscalização e Tomadas de Contas as atribuições contidas no art.30, II, do Regimento Interno, que aduz:

"Art. 30 Sem prejuízo do disposto no Art. 27, § 2º, da Lei Orgânica, compete:

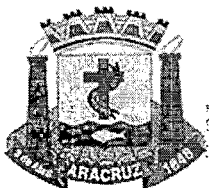
II - À Comissão de Economia, Finanças, Fiscalização e Tomada de Contas, os aspectos econômicos e financeiros, e, especialmente:

a) A matéria tributária, abertura de crédito adicional, operações de crédito, dívida pública, anistias e remissões de dívidas e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do município, ou repercutem no patrimônio municipal.

b) Os projetos de plano plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e, privativamente, o projeto do orçamento anual e da prestação de contas do Prefeito Municipal e da Mesa da Câmara.

c) Todas as proposições que, quanto ao aspecto financeiro, concorram diretamente para aumentar ou diminuir a despesa, assim como a receita pública.

d) Todas as proposições decorrentes da competência prevista no artigo 40 da Constituição Estadual e artigo 84 da Lei Orgânica do município."



Sendo assim, a presente matéria é pertinente para apreciação desta Comissão.

III – DO MÉRITO

Nesse sentido, a proposição visa promover a alteração jurídica das normas, sendo que não haverá repercussão na esfera orçamentária e financeira do Município, uma vez que não implicará em aumento de despesas com a aprovação do mesmo, pois entende-se que a iniciativa proposta pela Poder Executivo trata de interesse comum.

Com relação aos aspectos materiais, de igual maneira nada obsta a sua tramitação, uma vez que não há conflito de matéria com a Carta Magna.

Analizando sob o aspecto do mérito encontramos elementos suficientes para aquiescer com o chefe do Poder Executivo Municipal, dando assim a devida autorização Legislativa para que o Poder Executivo Municipal possa realizar a alteração normativa em esboço.

IV – CONCLUSÃO

Ante o exposto, após análise do Projeto de Lei, opino favoravelmente a matéria em questão, bem como sejam adotadas as cautelas de estilo para prosseguimento do presente.

Aracruz/ES, 12 de agosto de 2022.


ADRIANA GUIMARÃES MACHADO

Vereadora – REPUBLICANOS

Relatora



MAPA DE VOTAÇÃO

Turno Único: 69ª Sessão Ordinária

Data: 15/08/2022

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE LEI Nº 049/2022 – ALTERA AS LEIS MUNICIPAIS N.º 3.716/2013 E 4.441/2022.

VEREADOR	COMISSÃO DE JUSTIÇA		COMISSÃO DE FINANÇAS	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
ADRIANA GUIMARÃES MACHADO	X		X	
ALCIELIO LIMA DE NEGREIROS	X		X	
ALEXANDRE FERREIRA MANHÃES	X		X	
ANDRÉ CARLESSO	X		X	
ARTÊMIO NUNES ROSSONI	X		X	
CARLOS ALBERTO PEREIRA VIEIRA	X		X	
CARLOS ANDRÉ FRANCA DE SOUZA	X		X	
ELIOMAR ANTÔNIO ROSSATO	X		X	
ETIENNE COUTINHO MUSSO	Ausente			
JEAN CARLO GRATZ PEDRINI	X		X	
JOSÉ GOMES DOS SANTOS	Presidente			
LUIZ CARLOS MATHIAS	X		X	
LEANDRO RODRIGUES PEREIRA	X		X	
MARCELO CABRAL SEVERINO	X		X	
ROBERTO DOS REIS RANGEL	X		X	
SEBASTIÃO SFALSIN DO NASCIMENTO	X		X	
VILSON BENEDITO DE OLIVEIRA	X		X	

RESULTADOS:

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Favoráveis: 15 votos

Contrários: 00 votos

COMISSÃO DE FINANÇAS

Favoráveis: 15 votos

Contrários: 00 votos


Marcelo Cabral Severino
1º Secretário



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

OFÍCIO Nº 493/2022

Gabinete da Presidência

Aracruz, 16 de agosto de 2022.

À Sua Excelência o Senhor
LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal de Aracruz
Av. Morobá, 20, Bairro Morobá
29192-733 Aracruz/ES

Assunto: Encaminha autógrafo do Projeto de Lei nº 049/2022 - Poder Executivo.

Senhor Prefeito,

Encaminho a Vossa Excelência o autógrafo do **Projeto de Lei nº 049/2022** - Altera as Leis Municipais nº 3.716/2013 e 4.441/2022, de autoria do Poder Executivo, o qual foi aprovado em Turno Único na 69ª Sessão Ordinária, realizada em 15/08/2022, para conhecimento e providências cabíveis.

Na oportunidade apresento minhas,

Cordiais Saudações,

JOSÉ GOMES DOS SANTOS - LULA
Presidente da Câmara Municipal de Aracruz/ES



OFÍCIO (GAB-CÂM) N.º 248/2022

Aracruz, 18 de agosto de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
JOSÉ GOMES DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal
Aracruz - ES

Assunto: Encaminha Lei

Referência: Processo Eletrônico 12193/2022


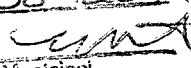
Senhor Presidente,

Com os nossos cumprimentos, encaminhamos a Lei n.º 4.517, de 18/08/2022, sancionada por este Executivo nesta data, para apreciação dessa conceituada Casa Legislativa.

Atenciosamente,

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal



 **SANCIONADA**
Em, 18/08/2022


Prefeito Municipal

LEI N.º 4.517, DE 18/08/2022.

ALTERA AS LEIS MUNICIPAIS N.º 3.716/2013 E 4.441/2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Altera o Art. 3.º da Lei n.º 4.441, de 07 de março de 2022, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º O Fundo Municipal de Investimento de Aracruz fica vinculado à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Município de Aracruz e as aplicações de seus recursos devem ser identificadas mediante a criação de Unidade Orçamentária específica.”

Art. 2º Altera o Art. 3.º da Lei n.º 3.716, de 03 de outubro de 2013, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º O Fundo de Desenvolvimento Municipal - FDM fica vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão e as aplicações de seus recursos devem ser identificadas mediante a criação de Unidade Orçamentária específica.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 18 de agosto de 2022.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal



Providencia e Despacho por Setor

LEGISLATIVO

PROVIDÊNCIA

Pg nº

[Handwritten signature]
CMA

Despacho: ARQUIVADO

Sancionada a Lei nº 4.517, de 18 de agosto de 2022, finalizo o processo e recolho para arquivamento.

Aracruz, 30 de Agosto de 2022 13:21

[Handwritten signature]
Wellington Tobias Pereira
LEGISLATIVO

CAMARA MUNICIPAL DE ARACRUZ



Tentativas de Envio


0

(P) Processo Principal

(A) Processo Anexado

(I) Processo Incorporado

REMESSA DE PROCESSOS

Remessa 1-2636/2022 30/08/2022 13:21 	Órgão Emissor: 001..00100107 - LEGISLATIVO - CONVERSÃO
	Órgão Receptor: 001.001001.00100118 - ARQUIVO LEGISLATIVO - CONVERSÃO
	Aos Cuidados de:


Processo	Solicitante / Órgão Solicitante / Beneficiário	Assunto
370 / 2022 (1)	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ	PROJETO DE LEI

Quantidade: 1

Pg nº

15

CMA

Remessa 1-2636/2022 30/08/2022 13:21 	Órgão Emissor: 001..00100107 - LEGISLATIVO - CONVERSÃO	Tentativas de Envio 0
	Órgão Receptor: 001.001001.00100118 - ARQUIVO LEGISLATIVO - CONVERSÃO	
	Aos Cuidados de:	

Enviado Por:

Wellington Tobias Pereira

Recebido Por:

//_/